



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Síntese de Audiência

PETIÇÃO N.º 54/XI

“Requerem a manutenção da Repartição de Finanças do 6.º Bairro Fiscal em Alcântara e a melhoria das suas condições de acessibilidade para pessoas idosas e para pessoas portadoras de deficiência e ainda a colocação de elevadores no edifício”.

Dia: 25 de Maio de 2010

Hora: 15h00

Peticionários: Vítor Manuel Machado Sarmiento e Outros

Recebidos por: Senhores Deputados Eduardo Cabrita (PS) - Relator e Cristóvão Crespo (PSD), da Comissão de Orçamento e Finanças da Assembleia da República

Síntese dos Temas Abordados:

O Senhor Deputado Eduardo Cabrita começou por cumprimentar a comitiva constituída por quatro peticionários, após o que os convidou a exporem o assunto.

O primeiro subscritor da petição, Sr. Vítor Sarmiento, lamentou que a decisão do Governo de encerrar o 6.º Bairro Fiscal de Alcântara nunca tenha sido comunicada aos cidadãos e explicou que inclusivamente a própria Chefe daquela repartição ao ser questionada directamente pelo próprio, afirmou desconhecer o processo, e dele tomado conhecimento através da determinação hierárquica expressa num ofício. Inclusivamente, a Junta de Freguesia de Alcântara, continuou o peticionário, não tinha na altura recebido formalmente qualquer informação ou explicação acerca de uma decisão que penaliza tanto as pessoas

O peticionário também afirmou que se a redacção da petição tivesse sido elaborada hoje seria muito diferente e que aquilo que os peticionários reivindicam é



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

uma delegação em Alcântara, onde os cidadãos possam tratar dos seus assuntos fiscais e também de outros assuntos, uma espécie de loja do cidadão.

Em seguida o Sr. Vítor Sarmento fez um breve apanhado histórico sobre a repartição de finanças visada, explicando que originalmente existira apenas uma repartição, localizada na freguesia de Alcântara e que mais tarde ocorreu a cisão em dois serviços que vigorou até ao momento, pretendendo o Governo agora, novamente, proceder à fusão, juntando os dois serviços na 7.^a repartição em vez de o fazer na 6.^a repartição onde o serviço nasceu. Referiu também que os utilizadores do serviço em questão são cerca de 20.000, grande parte dos quais idosos. Ao referir-se ao número de assinaturas que foram recolhidas na rua para a petição n.º 54, referiu que poderiam ter sido muitas mais, mas que, face à data prevista para o encerramento da repartição não houvera tempo útil para o fazer. Também afirmou que a própria Assembleia de Freguesia e a Assembleia Municipal, votaram favoravelmente moções que subscrevem também esta ideia de manutenção do serviço. O Sr. Vítor Sarmento considerou que o respeito pelo direito dos cidadãos, a serem informados antes de serem confrontados com dados adquiridos, devia ser acautelado e lamentou o facto de já terem sido retirados da zona o registo predial e o notário e terem sido fechadas várias escolas sem as pessoas serem tidas em consideração. Acrescentou que entre a população existe uma sensação de esvaziamento relativamente à freguesia de Alcântara.

Concluída a exposição, o Senhor Deputado Eduardo Cabrita respondeu que tinha tomado boa nota do texto da petição e das considerações que aqui foram trazidas e que as mesmas seriam levadas ao Plenário da Comissão de Orçamento e Finanças, isto após a Comissão já procedido a uma primeira análise da matéria e de já ter inclusivamente deliberado sobre um outro serviço de finanças, em Viseu, assunto este que tem alguns pontos em comum com a presente petição. As opiniões recolhidas em Comissão, continuou o Senhor Deputado Eduardo Cabrita, resultaram em dois tipos de análise: em primeiro lugar, a dificuldade dos mais idosos lidarem com os meios informáticos à sua disposição, uma vez que hoje tudo é efectuado por via



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

digital. A verdade é que há cerca de 5, 6 anos atrás, menos de 10% das declarações de impostos eram entregues por via electrónica e, em 2009, a percentagem já se situava acima dos 60%. Em segundo lugar, compreende-se que o relacionamento directo também deve ser privilegiado, nestes novos tempos. Em Lisboa, está em desenvolvimento uma nova realidade dos serviços públicos, na freguesia de Marvila, a 3.ª loja do cidadão. O Relator referiu também que a Comissão foi sensível e se revelou preocupada com a relação directa cada vez menor com os cidadãos, mas também não menos com a cidade de Lisboa e suas zonas históricas, entendendo que é necessário proceder-se à reorganização dos serviços. Um posto de atendimento aos cidadãos seria uma outra solução a ponderar, referiu o Senhor Deputado Eduardo Cabrita. Não seria uma loja do cidadão nem um serviço de finanças, mas sim um funcionário da junta de freguesia a fazer o atendimento, um acordo com a junta à semelhança do acordo que já existiu para a entrega de declarações de IRS. A Comissão de Orçamento e Finanças poderá, se assim o decidir, fazer algumas diligências junto da Senhora Secretária de Estado da Modernização Administrativa nesse sentido.

Em seguida o Sr. Vítor Sarmiento lembrou que Alcântara tem vários projectos urbanísticos para os próximos anos e portanto tenderá a desenvolver-se, levando a um aumento substancial da população e dos comerciantes na zona, no futuro mais próximo.

Também o Senhor Deputado Cristóvão Crespo deu a sua opinião sobre o assunto, começando por referir que a Internet só por si não tem a resposta e que a Comissão de Orçamento e Finanças reflectiu também sobre isso tendo entendido que seria útil ouvir o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, para explicar esta situação em concreto que coloca à comunidade nacional e o que pretende. A Petição n.º 54/XI terá a sua tramitação e será de seguida dado conhecimento à Comissão desta audiência e das suas conclusões. Diligências complementares sobre a reorganização dos serviços públicos serão tomadas pela Comissão junto do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

A audiência terminou às 15,25 horas, depois de os Senhores Deputados terem agradecido a presença dos peticionários e os esclarecimentos prestados.



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Palácio de São Bento, em 25 de Maio de 2010

O Deputado

Eduardo Cabrita